

Recado aos EUA: não podemos pagar a dívida.

**O aviso será levado pelo embaixador
Marcílio Marques Moreira, mas o ministro Funaro
diz que o País vai declarar moratória e
reiniciará as negociações na próxima semana.**

O Brasil não está em condições de continuar honrando seus compromissos internacionais e, assim, acaba de entrar na chamada "moratória técnica". Será esta a mensagem que o embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira, transmitirá ao governo norte-americano e a nossos credores no Exterior, por incumbência do presidente José Sarney, segundo informam fontes de Brasília. Isso, entretanto, não significa que o País resolveu entrar em rota de colisão com os credores, partindo para a confrontação. É apenas a comunicação de um fato. O próprio ministro da Fazenda, Dílson Funaro, garantiu ontem que o governo não vai recorrer à moratória (suspensão de pagamentos) e deve iniciar a nova negociação com os credores na próxima semana.

Funaro adiantou que o reinício dos contatos com os bancos será conduzido provavelmente pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, que ontem permaneceu reunido o dia inteiro com o ministro da Fazenda. Participaram do encontro de cinco horas o diretor da Área Externa do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, e os assessores mais importantes de Funaro.

O caminho da negociação será o adotado pelo Brasil, salientou o ministro. Prometeu que o País tentará reduzir suas remessas anuais

relativas ao serviço da dívida externa mas "não partirá para medidas unilaterais como a decretação de uma moratória". Disse ainda que tentará conseguir dinheiro novo com os bancos internacionais e que "o crescimento brasileiro é inegociável", desmentindo ainda a versão de que o País precisa de um empréstimo de contingência que viria cobrir a redução do saldo comercial e das reservas cambiais.

Consequências

Tudo leva a crer que o governo não quer tomar uma decisão unilateral, que se enquadraria na moratória clássica. Quer que os bancos privados estrangeiros, detentores de 87% da dívida do País, concedam um prazo razoável de carência já no pagamento dos juros e das amortizações, suficiente para que o País recupere o nível de suas reservas externas e promova os ajustes necessários à sua economia.

A moratória técnica foi exaustivamente analisada ontem em reuniões entre o presidente Sarney, o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o assessor especial para assuntos internacionais do Palácio do Planalto, Rubens Ricupero, e o assessor para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar.

Nessas reuniões, ponderou-se

que a declaração de uma moratória unilateral poderia implicar em graves consequências para o País, e que o melhor caminho seria assumir a moratória técnica e convocar, em regime de urgência, os banqueiros privados estrangeiros para um acordo.

O pedido brasileiro de suspensão dos pagamentos dos juros e das amortizações da dívida externa, que o embaixador Marcílio Marques Moreira levou ontem mesmo aos Estados Unidos, não deve surpreender a comunidade financeira internacional, segundo o governo supõe. Isto porque a incômoda situação de queda acentuada das reservas do País já era conhecida. Há vários dias o Banco do Brasil vem encontrando dificuldades para fechar suas posições de caixa no Exterior, deixando transparecer a situação de iliquidez vivida pelo País (veja matéria ao lado).

A vinda súbita do embaixador do Brasil nos EUA, convocado a Brasília pelo próprio Sarney, fez com que toda a área econômica vivesse ontem um clima de intranquilidade. O embaixador Marcílio Marques Moreira chegou à Capital da República terça-feira, quando juntou com Dílson Funaro na residência do ministro, sendo colocado a par dos pormenores de toda a situação brasileira. Por sua vez, o embaixador deu sua posição e relatou as informações por ele apu-



Funaro e Gros: reuniões.

radas nos seus contatos nos EUA. Ontem o diplomata almoçou com o presidente Sarney, na residência de Rubens Ricupero, e em seguida realizaram uma reunião de trabalho no Palácio da Alvorada. Participou destes encontros o mesmo grupo encarregado de montar a estratégia de condução do problema da dívida externa (além do presidente e do embaixador, o ministro Funaro, Gros, Alencar e Ricupero). À tarde, o embaixador voltou a se encontrar com o presidente, no Palácio do Planalto, de onde conseguiu entrar e sair sem se avistar com o grande número de repórteres que o aguardavam.

Em entrevista concedida à imprensa no Palácio do Planalto, o porta-voz Antônio Frota Neto, ao responder a uma pergunta, ressaltou não existir moratória prefixada. "É claro — prosseguiu Frota Neto — que num processo de renegociação, na medida em que surge um assunto importante como este, há margem para especulação, e o tempo vai mostrar o que tem e o

que não tem fundamento." Em nenhum momento o porta-voz afastou a possibilidade de o País vir a declarar a moratória.

Já o ministro Alufcio Alves, da Administração, que domingo último almoçou com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, reconheceu para o JT que a situação da dívida externa do País é grave. Mas afastou em definitivo a hipótese de declaração da moratória unilateral, no estilo clássico: "Creio que o melhor caminho — e acho que o governo e todas as lideranças políticas concordam — é a negociação. É isso que o Brasil vai fazer".

Além de negociar uma saída da crise de liquidez com os banqueiros privados, o governo brasileiro deverá tentar também uma participação maior, dos governos dos países desenvolvidos. Este desenvolvimento pode ser uma simples gestão junto aos bancos credores ou até mesmo a realização de "empréstimos-fontes" para cobrir posições do Banco do Brasil no exterior.